

3. Família: novas configurações e rede de apoio

Inicialmente faremos algumas considerações sobre importância da linguagem para a família, onde as formas de narrativas são fundamentais no sentido de transmitir valores e costumes. Em seguida realizaremos um breve histórico da família. E por último apresentaremos a família como rede de apoio e solidariedade.

Devido a sua complexidade e heterogeneidade, refletiremos em torno de “famílias” e não apenas de uma “família” estática e fechada. Apesar de certo período histórico ressaltar características de um determinado tipo de família, outras configurações familiares deviam existir nessa mesma conjuntura.

3.1. Família e suas novas configurações na atualidade

Segundo Grandesso (2006)⁴⁸, todos os povos, todas as raças constroem e mantêm suas tradições colocando na linguagem, em forma de narrativas, os usos e costumes, preservando a continuidade da existência nos relatos próprios das tradições orais e escritas das comunidades, instituições e famílias.

De acordo com a autora, as conversações em família inventam a vida privada, garantindo a transmissão de tradições, valores, padrões, mitos e rituais próprios da cultura familiar, criando uma identidade em constante movimento.

É importante mencionar, que as histórias construídas entre os integrantes da família através de palavras, gestos, atitudes e, mesmo no que se diz pelo

⁴⁸ GRANDESSO, M. A. Família e narrativas: histórias, histórias e mais histórias. In: CERVENY, C. M. O. (Org.). Família e. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2006.

silêncio, constroem uma rede de crenças compartilhadas sobre a família de cada um, mantida e ressignificada em diferentes contextos de vida (Grandesso, 2006).

A autora relata que cada família organiza sua história numa narrativa oficial construindo os significados para a experiência vivida dentro dos limites da sua cultura e de seu mundo.

Para compreendermos como a “família” está sendo definida na atualidade, é importante realizarmos um breve percurso histórico.

Segundo Galano (2006)⁴⁹, através do tempo, a civilização ocidental, ainda que de uma maneira complexa e heterogênea, criou gradativamente diversas maneiras de construir subjetividades simbólicas e concretas, que por meio de nomear e do fazer, configuram as bases da família atual.

De acordo com Fox apud Jablonski (1991)⁵⁰, na maior parte da história da humanidade, o indivíduo viveu, em quase todas as sociedades conhecidas, em unidades formadas por grupos familiares. A segurança, a saúde e a própria vida de alguém estavam atreladas à existência de um grupo familiar.

Na Idade Média, do século V ao XV, foram se consolidando as características religiosas, culturais e sociais, que foram levadas, posteriormente, para o novo mundo e que permanecem até a atualidade em nossas sociedades (Galano, 2006).

⁴⁹ GALANO, M. H. Família e história: a história da família. In: CERVENY, C. M. O. (Org.). Família e. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2006.

⁵⁰ JABLONSKI, B. Até que a vida nos separe. A crise do casamento contemporâneo. Rio de Janeiro: Agir, 1991.

Ariès e Duby (1991)⁵¹ relatam que, o mundo das solidariedades da comunidade senhorial, entre as linhagens⁵² e os vínculos de vassalagem, encerra o indivíduo em um espaço que não é público e nem privado.

Neste período, já que a família para sobreviver necessitava viver em agrupamentos familiares maiores, no decorrer dos séculos, consolidou-se o assentamento territorial das tribos nômades. É válido pontuar que o clã⁵³ e a linhagem prevaleciam como organizadores do que era vivido como família, mas para que a riqueza adquirisse respeito público ela precisava traduzir-se em prestígio na arena política. Era importante ampliar a via do casamento para garantir a lealdade. Inicialmente “para baixo”, quer dizer, as filhas se uniam a pessoas de *status* inferior ao pai, com isso, haveria a associação amistosa entre os homens, por meio da base: patrimônio / família / apoio político. Isto mantinha a coesão da comunidade (Galano, 2006).

A autora menciona que, na Idade Moderna, do século XV ao XVIII, o indivíduo era ligado nas solidariedades coletivas, feudais e comunitárias. Aos poucos, o homem procura escolher mais livremente seu estilo de vida, com novos papéis sociais e transformando a família num espaço privado.

Segundo Galano (2006), o mundo está cada vez mais mercantilista, com isso, a hierarquia, o poder da honra e a lealdade vão dar lugar ao poder da riqueza e do patrimônio.

⁵¹ ARIÈS, P e DUBY, G. (Org.). História da vida privada. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

⁵² Descendência unilinear que se daria com transmissão patrimonial.

⁵³ Grupo de descendência unilinear, quer dizer, pessoas que podem traçar a descendência comum de um antepassado que o fundou.

É adequado ressaltar que a instituição do dote⁵⁴ se consolida. Este era um estímulo financeiro necessário para que uma jovem pudesse encontrar um marido de seu nível social. O casamento ocorria com seu par social ou “para cima” (Galano, 2006).

A autora considera importante relatar que, a forma da família tronco⁵⁵ se sobrepõe ao clã, especialmente quando as filhas herdaram o patrimônio.

Ariès (1978)⁵⁶, descreve que, entre os séculos XVI e XVII, a criança conquista um lugar junto aos pais. Diferente da família medieval que deixava as crianças com estranhos, agora, a visibilidade de sua vulnerabilidade e a sua importância fazem com que os adultos passem a se preocupar com a sua educação, saúde e futuro, e querer reter a criança junto de si.

No século XVIII, processa-se claramente a separação entre família e sociedade, entre privado e público. Enfatiza-se a intimidade familiar e isto aparece também na arquitetura da casa, que passa a ter cômodos com separações para assegurar a privacidade dos indivíduos na própria família. Este fato é apontado como uma das maiores mudanças na vida cotidiana familiar (Ariès, 1978).

Galano (2006) ressalta que, o sentimento de valor da família se restringe a um núcleo menor, nascendo assim, os sentimentos de individualidade, intimidade e privacidade.

Jablonski (1991) seguindo a mesma linha de pensamento de Ariès (1978) e Galano (2006), menciona que a família, a partir do século XVIII, é tida

⁵⁴ Concedido pelo pai à filha noiva tinha a finalidade de permitir que a família conjugal pudesse sobreviver economicamente com recursos próprios.

⁵⁵ No início da Idade Moderna viu-se na Europa uma tendência para resguardar o patrimônio numa sucessão fechada. Esta estratégia familiar tem o objetivo de preservar o patrimônio e fortalecer a relação entre os irmãos.

⁵⁶ ARIÈS, P. História social da criança e da família. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

culturalmente enquanto um lugar de segurança, de solidariedade, de recolhimento e acolhimento.

Na Idade Contemporânea, do século XVIII até metade do século XX, ocorrem as revoluções políticas, sociais e econômicas, que se articulam para trazer uma importante transformação na sociedade. A força e a consolidação da burguesia determinam a sua entrada no poder político. Nasce as repúblicas na Europa e durante o século XIX as colônias se tornam Estados livres (Galano, 2006).

Neste período da história, o mundo urbano toma conta do imaginário das pessoas. A partir da industrialização, ocorre o esvaziamento progressivo do campo para as cidades, com isso, massas de trabalhadores buscam melhores oportunidades. Com isso, podemos considerar que esta nova configuração da sociedade cria novas formas de viver e se relacionar.

Nesta conjuntura, a família se transforma em um grupo solitário de pais e filhos. A legislação liberal estipula uma divisão mais igualitária do patrimônio familiar, em teoria não há irmãos privilegiados (Galano, 2006).

É adequado realizarmos algumas considerações acerca da família também no século XIX e relatarmos as diversas transformações a partir do século XX que rebateram de forma decisiva nesta instituição.

A família nuclear burguesa surge no século XIX, a partir da ascensão da burguesia industrial. Este “modelo” de família, concebido pelas classes dominantes, foi propagado como o ideal a ser seguido.

Almeida (1987)⁵⁷ descreve que a família nuclear burguesa é fechada em si, por isso considera-se intimista. Reduzida ao pai, mãe e alguns filhos que vivem sós, sem criados, agregados e parentes na casa. Este é o “modelo” de família nesta conjuntura, mesmo momento em que o liberalismo e os progressos tecnológicos da revolução industrial ganham força.

A autora, prosseguindo sua argumentação, menciona que neste “modelo” familiar, a mulher é a rainha do lar, mãe por instinto, sendo a mesma o elo entre os filhos e o pai. A figura do pai se fará presente para exercer a autoridade.

É importante destacar que a família nuclear burguesa continua patriarcal, onde a mulher reina no lar dentro da esfera privada da casa, mas é o pai que comanda em última instância (Almeida, 1987).

O patriarcado através de inúmeros mecanismos, inclusive por meio de defesas científicas (trabalhos, pesquisas, produções), tem legitimado o poder superior dos homens sobre mulheres e crianças. A tradição em questão naturaliza a superioridade e enaltece os valores masculinos, identificado-os como naturais, dadas as diferenças biológicas existentes entre os sexos. A tradição patriarcal estabeleceu alguns adjetivos definidores do que se entende por masculinidade, tais como: soberano, dominador, poderoso, corajoso, chefe, trabalhador, provedor.

A autoridade familiar e doméstica é que funda o patriarcado e implica uma determinada divisão sexual que Weber denominava “normal”, e a uma autoridade doméstica fundada na “piedade” referindo-se às “antiquíssimas situações naturais” (Weber, 1964, t.2, p.753). Podendo-se dizer que, por ser ela percebida como uma “situação natural” e “normal”, daí advinha a “crença” e assim, sua legitimação. Para Weber, a referência é sempre histórica. O patriarcado é só um sentido “a-histórico” porque não está limitado a um só momento histórico, isto é,

⁵⁷ ALMEIDA, A. M. Notas Sobre a Família no Brasil. In: ALMEIDA, A. M.; CARNEIRO, M. J. e PAULA, S. G. (Orgs.). Pensando a Família no Brasil: da Colônia à Modernidade. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo: UFRJ, 1987.

porque pode e deve ser referido a qualquer momento histórico onde se encontre tal sentido de ação típico-ideal (Machado, 2007: 03)⁵⁸.

Com a industrialização e a urbanização se acentuando no final do século XIX, grande parte da população que morava nos campos se dirige para as áreas urbanas.

Com isso, a mudança social mais impressionante da segunda metade desse século, e que nos isola para sempre do mundo passado, é a morte do campesinato. É importante também destacar que ocorreu progressivo desenvolvimento do meio rural, com a expressiva quantidade de maquinário que o agricultor tinha a sua disposição e menos visíveis, mas também importante, o desenvolvimento da química agrícola, criação seletiva e biotecnologia (Hobsbawm, 2001)⁵⁹.

A partir dos anos 60 do século passado, a economia de mercado e a sociedade de massa se exacerbam, onde é impossível não consumir (Galano, 2006).

A autora ressalta que, paralelamente, desenvolve-se uma revolução cultural, uma sociedade alternativa, contra a economia de mercado e a sociedade de massa. Os *hippies*, os militantes naturalistas, feministas, homossexuais, ativistas de esquerda, se auto-excluem de uma sociedade da qual não aceitam.

Sarti (2003)⁶⁰ também relata que a partir de 1960, vários fatores contribuíram para a ampliação das possibilidades de atuação da mulher no mundo

⁵⁸ MACHADO, L.Z. “Perspectivas em confrontos: relações de gênero ou patriarcado contemporâneo?” Disponível em: www.unb.br/ics/dan/Serie284empdf. Capturado em 20 de abril de 2007.

⁵⁹ HOBBSAWM, E. Era dos extremos: o breve século XX. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

⁶⁰ SARTI, C. A. Famílias enredadas. In: ACOSTA, A. R. e VITALE, M. A. M. F. (Org.). Família: redes, laços e políticas públicas. São Paulo: IEE / PUCSP, 2003.

social. Citando como exemplo: o trabalho remunerado, a expansão do feminismo e a pílula anticoncepcional.

Segundo Hobsbawm (2001), a entrada e o desempenho das mulheres no mercado de trabalho, nas universidades e nos diversos segmentos sociais são considerados um fenômeno novo e revolucionário. O autor mostra que, na década de 1980, o ensino superior passou a ser tão comum entre as mulheres quanto entre os homens.

Gueiros (2002)⁶¹ diz que embora a participação da mulher na esfera pública esteja ligada às próprias dificuldades econômicas, exigindo maior participação dos membros da família no orçamento doméstico, certamente o movimento feminista contribuiu significativamente para a vivência da mulher também nos espaços públicos, que eram predominantemente ocupados pelo homem.

Como síntese, é adequado descrever as considerações de Mello (2005)⁶² e Motta (1998)⁶³. O primeiro autor destaca que se ao longo da história ocidental as transformações da família parecem muito lentas, quase imperceptíveis, verificam-se, a partir do século XX, mudanças intensas e velozes. Os últimos cinquenta anos têm sido marcados por diversos discursos que afirmam “desestruturação” da família burguesa.

O segundo menciona que os modos de vida nas famílias contemporâneas vêm se modificando, ocorrendo novas configurações de gênero e gerações, onde

⁶¹ GUEIROS, D. A. Família e proteção social: questões atuais e limites da solidariedade familiar. In: Serviço Social e Sociedade. N. 71, ano XXIII, São Paulo: Cortez, Set 2002.

⁶² MELLO, L. Novas Famílias. Conjugalidade homossexual no Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

⁶³ MOTTA, A. B. Gênero, família e fases do ciclo de vida. Caderno CRH, n. 29, pp. 13-21, 1998.

se elaboram novos códigos, mas mantém-se um certo substrato básico de gerações anteriores.

Castells (2006)⁶⁴ ressalta três tendências que emergiram a partir da mencionada década de sessenta: o crescimento de uma economia informacional global, mudanças tecnológicas no processo de reprodução da espécie e o impulso poderoso promovido pelas lutas da mulher e por um movimento feminista multifacetado.

Alguns indícios são apresentados pelo autor, tais como:

A partir da década de 90, identifica-se em quase todas as sociedades a crise na família nuclear burguesa, principalmente nos países mais desenvolvidos. A dissolução dos lares, por meio do divórcio ou separação dos casais, constitui o primeiro indicador de insatisfação com um modelo familiar baseado no comprometimento de seus membros por um longo período. Em segundo lugar, a crescente frequência com que as crises matrimoniais se sucedem, assim como a dificuldade em compatibilizar casamento, trabalho e vida, associa-se a outras tendências importantes: o adiamento da formação de casais e a formação de relacionamentos sem casamento.

O resultado dessas diversas tendências, associadas a fatores demográficos, como envelhecimento da população e diferença da taxa de mortalidade entre os sexos faz emergir múltiplas estruturas domésticas, diluindo assim o predomínio do modelo da família burguesa. Também proliferam os lares de solteiros e os habitados por apenas um dos pais.

Em relação a grande inserção das mulheres no mercado de trabalho é adequado relatar que em 1990 havia 854 milhões de mulheres economicamente

⁶⁴ CASTELLS, M. O Poder da Identidade. São Paulo: Paz e Terra, 2006.

ativas no mundo inteiro, respondendo por 32,1% da força de trabalho em termos globais (Castells, 2006).

A incorporação maciça das mulheres no trabalho remunerado deve-se, de um lado, à informatização, integração em rede e globalização de economia e, de outro, à fragmentação do mercado de trabalho por gênero, que se aproveita de condições sociais específicas da mulher para aumentar a produtividade, o controle gerencial e, conseqüentemente, os lucros.

O processo de incorporação total das mulheres no mercado de trabalho remunerado produz um importante impacto na família, visto que há um significativo aumento do poder de barganha da mulher no ambiente doméstico, que passa a contribuir de forma decisiva no orçamento geral.

Também é importante ressaltar algumas tendências globais recentes, que refletem significativas transformações no âmbito familiar (Rizzini, 2001)⁶⁵.

- *As famílias tendem a ser menores*, sendo tal fenômeno sem precedentes, visto que as famílias sempre foram mais numerosas. Para este fenômeno, verifica-se os seguintes indicadores: declínio da taxa de fertilidade, aumento do número de famílias chefiadas por um dos pais, principalmente a mãe. Além destes, também o número de grupos de irmãos é menor, assim como as redes familiares.

- *Há menos mobilidade para as crianças*. Atualmente, alguns estudos sinalizam a redução do espaço de autonomia das crianças em locais urbanos.

⁶⁵ RIZZINI, I. Crianças, Adolescentes e suas Bases Familiares: Tendências e Preocupações Globais. In: SOUSA, S. M. e RIZZINI, I. (Coords.). *Desenhos de Família. Criando os Filhos: A Família Goianiense e os Elos Parentais*. Goiânia: Cãnone Editorial, 2001.

- *As famílias ficam menos tempo juntas.* Houve um aumento significativo do número de integrantes da família que trabalham. Em relação a isto, tendências podem ser sinalizadas: as crianças ficam em creches ou escolas por mais tempo; há uma diminuição da interação entre adultos e crianças; ocorre maior interação de grupos de amigos sem que haja participação da família; um maior número de crianças fica só, sem nenhum acompanhamento de um adulto.

- *As famílias tendem a ser menos estáveis socialmente.* Este fato pode ser percebido com o declínio das uniões formais, com o aumento dos índices de divórcios e separações, assim como de novas uniões.

- *A dinâmica dos papéis parentais e das relações de gênero está mudando dramaticamente.* Homens e mulheres são chamados a desempenhar, cada vez mais, papéis e funções que sempre foram fortemente delimitados como sendo ‘dos pais’ ou ‘das mães’.

Kaslow (2001)⁶⁶ cita nove tipos de composição familiar que podem ser consideradas “família”:

- 1- família nuclear, incluindo duas gerações, com filhos biológicos;
- 2- famílias extensas, incluindo três ou quatro gerações;
- 3- famílias adotivas temporárias;
- 4- famílias adotivas, que podem ser bi-raciais ou multiculturais;
- 5- casais;
- 6- famílias monoparentais, chefiadas por pai ou mãe;
- 7- casais homossexuais com ou sem crianças;
- 8- famílias reconstituídas depois do divórcio e

⁶⁶ KASLOW, F. W. *Families and Family Psychology at the Millenium. American Psychologist*, v. 56, n. 1, pp. 37-46, 2001.

- 9- várias pessoas vivendo juntas, sem laços legais, mas com forte compromisso mútuo.

Em relação à família brasileira, realizaremos algumas considerações a partir do censo demográfico do IBGE de 2000⁶⁷.

Podemos identificar diversas mudanças na família brasileira no final do século XX, não apenas quanto aos valores, mas à sua composição, como apresentam os dados do censo demográfico do IBGE de 2000. Verifica-se a existência de uma população intensamente urbana (81,25%, vivendo em menos de 5% do território brasileiro)⁶⁸, completamente diferente do predomínio rural antes de 1930.

Alguns dados relevantes são destacados:

- 1) a média de membros por família caiu para 3,5;
- 2) o padrão de casal com filhos (incluindo as uniões estáveis) caiu de 60% no início da década de noventa para 55%;
- 3) em contrapartida, o percentual de entidades monoparentais compostas por mulheres e seus filhos ampliou de 22% no início da década de noventa para 26%. Na cidade de Belém esse percentual subiu para impressionantes 40,5%, o que mereceria estudo mais aprofundado de suas razões;
- 4) 45 % dos domicílios organizam-se de forma nas quais, no mínimo, um dos pais ou ambos estão ausentes, incluindo-se os que vivem sós, ou avós ou tios criando netos ou sobrinhos, irmãos ou grupo de amigos que vivem juntos;
- 5) os casais sem filhos constituíam 13,8%

⁶⁷ Site www.ibge.gov.br. Capturado em 19 de maio de 2007.

⁶⁸ O IBGE considera urbana toda a população residente nas sedes dos municípios e demais áreas definidas pela legislação municipal.

6) os solitários (solteiros ou remanescentes de entidades familiares) subiram de 7,3% para 8,6%;

7) o decréscimo da taxa de fecundidade por mãe é notável, passando de 5,8 filhos na década de setenta para 2,3 filhos;

8) os mais velhos estão vivendo mais, demandando atenção das famílias, atingindo a média de 64,6 anos. 13% da população brasileira era constituída de aposentados (23 milhões);

9) a população é mais feminina, havendo 97,2 homens para cada grupo de 100 mulheres;

10) o brasileiro está casando menos e mais tarde; dados do PNAD de 2002 indicam que a idade média do homem ao casar subiu para 30,3 anos e a da mulher para 26,7 anos. Mas a taxa de conjugalidade tem caído: foram 743,4 mil em 1991 e 715,1 mil em 2002. A taxa de divórcio em 2002 foi de 1,2 por mil habitantes, tendo crescido 59,6% em relação a 1991.

Esses dados da realidade apresentam que o anterior “modelo de família”, fundado na estrutura patrimonial e biológica, tende a desaparecer.

Na atual conjuntura, a família constitui-se por diversos arranjos, sem a rejeição legal e social que enfrentavam no passado. Observamos que ela é menor, nuclear e menos hierarquizada. A dignidade profissional da mulher é mais contemplada. A redução da taxa de fecundidade tem sido justificada pelo interesse das famílias em maior dedicação aos filhos. A família também tende a perder sua função de unidade econômica e com isso, os seus integrantes passam a ter uma relação mais pessoal e afetiva.

Segundo Szymanski (2002)⁶⁹, tal variedade faz com que se mude o foco da estrutura da família nuclear, como modelo de organização familiar, para considerar novas questões em relação à convivência entre as pessoas na família, sua relação com a comunidade mais próxima e com a sociedade mais ampla.

Com o que foi relatado anteriormente, podemos considerar que os modos de vida nas famílias contemporâneas vêm se transformando, em um tempo histórico e social, produzindo novas articulações de gênero, onde novos códigos são elaborados.

Na atualidade, a partir das diversas tendências apresentadas, notamos que o conceito de “famílias”, em suas múltiplas configurações, está mais próximo da realidade vivenciada contemporaneamente. Desta forma, há um reducionismo significativo se consideramos existir apenas um único modelo ou padrão de família, deixando assim de perceber as particularidades e singularidades de cada arranjo familiar.

3.2. A família como rede de apoio e solidariedade

Pretendemos a seguir, realizar algumas considerações sobre a família como rede de apoio e solidariedade, na atual conjuntura.

Entendemos que a família se constitui no primeiro espaço de socialização do sujeito. Com isso, os valores, a concepção de mundo, a maneira de se portar diante das dificuldades da vida assumidas pela família se colocam enquanto referência para o sujeito, influenciando na formação da identidade do

⁶⁹ SZYMANSKI, H. Viver em família como experiência de cuidado mútuo: desafios de um mundo em mudança. In: Serviço Social e Sociedade. N. 71, ano XXIII, São Paulo: Cortez, Set 2002.

mesmo. De acordo com Szymanski (2005: 27)⁷⁰ “o mundo familiar mostra-se numa vibrante variedade de formas de organização, com crenças, valores e práticas desenvolvidas na busca de soluções para as vicissitudes que a vida vai trazendo”.

Nesta investigação devemos considerar a categoria família como uma perspectiva que abrange as diversas formas ou configurações que assume, tanto no campo das culturas como no das classes e grupos sociais, sendo considerada aqui como o espaço privilegiado onde aprendemos a ser e a conviver, quer dizer, ela é a matriz da identidade individual e social (Miotto, 2000)⁷¹.

Também seguiremos a mesma definição que Paugam (1999)⁷² e Szymanski (2002). O primeiro considera que a família, enquanto mediadora das relações entre sujeitos e coletividade, encerra um plano de vida fundamentado na solidariedade, produzindo formas comunitárias de vida. A segunda relata que a família é uma associação de pessoas que escolhe conviver por razões afetivas e assume um compromisso de cuidado mútuo.

Com as novas configurações da família, é necessário mudar o foco da estrutura da família nuclear, para a consideração das novas questões referentes à convivência entre pessoas na família, sua relação com a comunidade mais próxima e com a sociedade mais ampla (Szymanski, 2002).

⁷⁰ SZYMANSKI, H. Teorias e “teorias” de famílias. In: CARVALHO, M. C. B. (Org.). A Família contemporânea em debate. 6ª edição. São Paulo: EDUC/Cortez, 2005.

⁷¹ MIOTTO, Regina Célia T. Cuidados sociais dirigidos à família e segmentos sociais vulneráveis. Capacitação Em Serviço Social E Política Social. Módulo 4: o trabalho do assistente social e as políticas sociais. Brasília: UNB/ Centro de Educação Aberta, Continuada a Distância, 2000.

⁷² PAUGAM, S. Fragilização e ruptura dos Vínculos Sociais: Uma dimensão essencial do processo de desqualificação social. In: Serviço Social e Sociedade, nº 60. São Paulo: Cortez, 1999.

Para podermos compreender “as famílias” como rede de apoio e solidariedade, vamos partir de dois importantes autores que trabalham o conceito de rede social.

Dabas e Najmanovich (1995)⁷³ entende redes sociais como sendo uma associação de pessoas que se identificam por compartilhar de problemas semelhantes. Segundo a autora, a intervenção nesses grupos possibilita que o grupo-objeto se transforme em grupo-sujeito.

O que se dá através de um processo que promova a reflexão sobre práticas que incentivem auto-gestão, níveis crescentes de independência, fortalecimento da organização social descentralizada e uma transformação da pessoa-objeto em pessoa-sujeito, tudo isso se dando através da horizontalização dos saberes, onde os espertos seriam todos os que puderam criar uma novidade ou uma alternativa diferente no campo onde se desenvolvem suas atividades (Dabas e Najmanovich, 1995: 19).

A temática das redes sociais intersecciona diversas idéias e múltiplas práticas. Considerando uma abordagem da terapia familiar, foi definida a função da rede social como relevante para o desenvolvimento e transformação de cada um dos integrantes da família e como fator de apoio em situações de crise. Os resultados comuns do fortalecimento das redes sociais significam o desenvolvimento da capacidade auto-reflexiva e autocrítica, uma otimização da organização autogestora e uma transformação na subjetividade das pessoas, o que implica também modificações nas suas famílias e no seu meio social. Este processo de construção coletiva tende otimizar as relações sociais e se sustenta na ação que cada indivíduo deve realizar com relação ao contexto social (Dabas, 1993)⁷⁴.

⁷³ DABAS, E. e NAJMANOVICH, D. *Redes, El Language de los Vínculos*. Paidós, Argentina, 1995.

⁷⁴ DABAS, E. *Red de Redes: Las Prácticas de la Intervención en las Redes Sociales*. Buenos Aires, Paidós, 1993.

Já Sluzki (1997)⁷⁵, escreveu sobre a rede social pessoal ou a rede de pessoas que nos são significativas como sendo um “conjunto de seres com quem interagimos de maneira regular, com quem conversamos, com quem trocamos sinais que nos corporizam, que nos tornam reais” (p. 15).

Sluzki (1997) relata que as relações que um indivíduo percebe como relevantes contribuem para o seu reconhecimento como pessoa. As relações significativas eram vistas como aquelas determinadas pelas relações familiares, o que hoje já vem sendo reconsiderado na medida em que outras pessoas podem ser muito significativas e relevantes sem que sejam parentes. Feijó (2006)⁷⁶ segue a mesma postura, onde considera que a rede de pessoas que são significativas podem ser parentes ou não, não cabendo esta diferenciação.

Neste estudo será trabalhado mais especificamente o relacionamento com as redes pessoais significativas.

Algumas pessoas portadoras de HIV, ainda tem significativa redução de sua rede, apesar dos inúmeros esforços que têm sido feitos no Brasil para modificar este fenômeno. Apesar das pessoas já contarem com maior número de informações a respeito do contágio atualmente, por motivos que afetam ambas as partes desta relação (portador do vírus ou da doença e rede), isso é muito frequente. Preconceitos, vergonha, depressão e outros aspectos, diminuem o contato e a qualidade do relacionamento com a rede em alguns casos (Feijó, 2006: 240).

É relevante realizar algumas considerações sobre as características estruturais da rede e de suas funções.

Sluzki (1997) estudou as características estruturais da rede e dentre elas relacionou: **tamanho** – número de pessoas que compõe a rede; **densidade** – a conexão entre pessoas (que se conhece, se encontra e troca informações);

⁷⁵ SLUZKI, C. A rede social na prática sistêmica. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1997.

⁷⁶ FEIJÓ, M. R. Família e rede social. In: CERVENY, C. M. O. (Org.). Família e. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2006.

composição – se a rede é composta por familiares, amigos, conhecidos ou se é mais heterogênea neste sentido); **dispersão** – se refere à distância geográfica, à facilidade de acesso à rede; **homogeneidade ou heterogeneidade** – no que diz respeito à demografia, as diferenças sócio-culturais, de idade, de sexo, de cultura e de nível socioeconômico dos membros.

Pode-se considerar que diversos aspectos do relacionamento com a rede se entrelaçam com suas características, produzindo maior ou menor possibilidade de apoio.

Se a rede, por exemplo, for grande e os membros forem bem conectados ou íntimos, não deve se sobrecarregar na divisão de tarefas e de horários para cuidar de uma pessoa que viva com HIV/Aids em um hospital, com isso as possibilidades aumentam no sentido de um efetivo apoio ao doente. Por outro lado, se a rede tem poucos integrantes e estas pessoas não são íntimos ou conectados, a possibilidade de apoio torna-se reduzida.

Em relação as funções da rede, Sluzki (1997) relacionou: **companhia social** – estar junto, conversar, passear; **apoio emocional** – compreensão e apoio; **guia cognitivo e de conselhos** – expectativas, modelos e papéis; **regulação (ou controle) social** – reafirmação de responsabilidades e papéis e adequação do comportamento às expectativas sociais; **ajuda material e de serviços** – colaboração, ajuda financeira, atendimentos e atuação de agentes de saúde.

As funções, segundo Feijó (2006), se referem a relação do sujeito com a rede. Algumas redes são mais importantes do ponto de vista dos cuidados pessoais, como por exemplo, a insistência para que a pessoa se cuide e procure um médico. Outras redes podem estimular o crescimento profissional. Mas de forma geral, uma rede exerce várias funções ao mesmo tempo.

Sluzki (1997: 67) traz interessantes reflexões sobre como a rede social afeta a saúde do indivíduo e como a saúde do indivíduo afeta a rede social.

Existe forte evidência de que uma rede social [...] protege a pessoa contra doenças, atua como agente de ajuda e encaminhamento, afeta a pertinência e a rapidez da utilização de serviços de saúde, acelera os processos de cura, e aumenta a sobrevida, ou seja, é geradora de saúde.

De acordo com o autor, estudos evidenciam de maneira enfática que a pobreza de relações sociais constitui um fator de risco para a saúde, comparável com fumar, pressão arterial elevada, obesidade e ausência de atividade física. Esta informação possui importantes implicações clínicas assim como para a planificação da saúde pública.

Ele menciona que a pobreza das relações pessoais, ou seja, da rede social, afeta negativamente na saúde. As primeiras pesquisas que chamaram a atenção para esse fenômeno surgiram no estudo clássico sociológico empírico de Durkheim (1897) sobre o suicídio, que mostrou a existência de uma maior probabilidade de suicídio entre os sujeitos com menor nicho social em comparação com quem possui uma rede social mais ampla, acessível e integrada.

A rede social pode fomentar os comportamentos corretivos, onde um paciente monitora a saúde do outro, (“estou te achando um pouco pálido, por que não vai ver o médico?”) promovendo muitas atividades pessoais que se associam positivamente com sobrevida: rotina de dieta, exercícios, sono, adesão a regime medicamentoso e, em geral, cuidados de saúde. As relações sociais também colaboram para dar sentido à vida de seus integrantes, ou seja, potencializam a organização da identidade através dos olhos e ações dos outros, como consequência da experiência de que “estamos aí para alguém” ou “servindo para

alguma coisa”, o que, por sua vez, proporciona sentido às práticas de cuidados de saúde, e, em última instância, a seguir vivendo (Sluzki, 1997).

Já tocamos em algumas dessas correlações entre rede social e saúde, nos seus efeitos positivos. Mas temos que atentar também para os efeitos negativos que a presença de uma doença, especialmente do tipo crônica, exerce na rede social.

Segundo Sluzki (1997) toda rede possui certa inércia. A enfermidade tende a enfraquecer a pessoa e, como consequência, ela restringe sua iniciativa de atividade na rede, o que é, em grande escala, suficiente para reduzir a participação de outros, fato que desvitaliza o intercâmbio interpessoal, em uma espécie de círculo vicioso. Como não se verifica uma melhora dos pacientes em função das redes, estas tendem a se desintegrar. Em termos de impacto interpessoal, as doenças possuem um efeito aversivo, isto é, produzem rejeição nos demais. Esta postura pode estar gravada em algum código da espécie: “mantenhamos a distância dos doentes”.

Este fenômeno social é bem conhecido pelas pessoas que têm HIV/Aids, quando relatam que amigos e conhecidos, ao saberem do diagnóstico, literalmente aumentam a distância física, fazendo com que se sintam em uma bolha de isolamento, expressa não somente em termos de proximidade, mas também em uma maior inércia ou resistência da ativação por parte da rede social.

Outro fator que Sluzki (1997) indica como causador disto é o fato do indivíduo enfermo ter reduzidas possibilidades de retribuir o comportamento das pessoas que cuidam dele, e que muitos vínculos estão embasados neste princípio de *quid pro quo*. Diversas vezes, a não melhora destes pacientes, a despeito das atenções e cuidados, faz com que as relações se deteriore. Por isso é relevante a

discussão em torno deste tema, com o objetivo de desenvolver propostas para evitar isso.

O autor considera que todo relacionamento tem um componente de gratificação que é esperado. Os comportamentos de cuidados com pacientes crônicos tendem a ser percebidos como pouco efetivos, pouco gratificantes, no sentido de que, apesar de todos os cuidados, o usuário não melhora rapidamente. A presença de uma doença crônica tende a esgotar os integrantes da rede social, “em uma proporção inversa ao peso da dívida de lealdade, da história em comum e das guias éticas dos participantes” (p.121). Esses fatores explicam e anunciam que a presença de uma doença crônica em um sujeito reduzirá sua rede social, colaborando para o círculo vicioso enfermidade / declínio da rede.

Sluzki (1997) traz diante do que apresentou, um questionamento: como favorecer o estabelecimento, a consolidação e a manutenção e a expansão da rede social, e como reduzir o impacto erosivo de uma doença crônica nela? Ele pontua que não há uma resposta genérica, pois existem variáveis idiossincráticas (de circunstância pessoal) e de contexto cultural, social, político e geográfico. Ainda mais que atualmente há uma porcentagem crescente da população que mostra uma redução da participação em atividades informais e formais (clubes, atividades religiosas e outras organizações), que não vive com companheiro (a) e que decide não ter filhos ou tem filhos adultos que vivem fora.

Em relação aos doentes crônicos é evidente a deterioração da rede social. Investigações demonstram o impacto das doenças, por exemplo, da Aids, na vida social. A pessoa com HIV/Aids geralmente deixa o emprego e os seus amigos e familiares raramente têm disponibilidade para manter o antigo vínculo, tornando a

questão da formação ou da reconstrução de uma rede social de extrema relevância na manutenção da vida e da qualidade de vida desses sujeitos.

Na atualidade, identificamos os efeitos nocivos para a saúde da população a partir do enfraquecimento das redes, essencialmente, dentro da conjuntura social dos países subdesenvolvidos, onde o desemprego, a reduzida presença (e em muitos casos a ausência) do Estado, a migração etc., expõem cada vez um maior número de sujeitos em situação de risco. Nesta concepção, está clara a compreensão de saúde como resultado do entrecruzamento de fatores sociais e psicológicos com a problemática econômica, tornando as ações de promoção a saúde muitas vezes incipientes frente à complexidade das múltiplas questões.

Como resultado de processos macrosociais das sociedades modernas, a perda da força e do significado dos contextos locais estaria produzindo, nas pessoas, uma sensação de estarem fora da rede social e, conseqüentemente, de estarem alijados dos processos decisórios. A percepção mais imediata seria a do esgotamento das relações afetivas entre os sujeitos e, no plano político, do enfraquecimento da cidadania (Giddens, 1991)⁷⁷.

Diante desta conjuntura, que podemos sinalizar como uma tendência mundial, as associações voluntárias seriam formas de ativar e estreitar as redes sociais, evitando o isolamento dos sujeitos. Tais associações têm a possibilidade de desempenhar um papel relevante, no sentido de romper com o isolamento individual e melhorar as condições de saúde.

⁷⁷ GIDDENS, Anthony. *As Conseqüências da Modernidade*. Editora Unesp, São Paulo. 1991.